

Economia Política e Política Econômica

Nos debates pré-eleitorais, problemas macroeconômicos intrincados são tratados como se fossem triviais.

Márcio G. P. Garcia¹
23 de janeiro de 2002

A época pré-eleitoral que vivemos é propícia para a apresentação de projetos para a melhoria das condições de vida de nosso povo. Cabe a nós, economistas, analisarmos a viabilidade econômica dos diversos projetos apresentados. Nessa função, é comum que façamos o papel do estraga prazeres, mas esses são ossos do ofício.

Os formandos de 2001.2 da PUC-Rio (que obtiveram a maior média no último Provão de Economia) escolheram como mensagem de abertura da cerimônia de formatura, a seguinte citação de um dos pais da ciência econômica, o economista inglês John Stuart Mill (1806-73): *“As mesmas pessoas que lamentam o abandono da Lógica em geral lançam advertências contra a Economia Política. Não tem sentimentos, dizem. Limita-se a reconhecer fatos desagradáveis. Na minha opinião, não há nada mais insensível do que a lei da gravidade (...) Basta que se esqueça, por um único instante, de respeitá-la. Os ventos e as ondas também são muito insensíveis. Dever-se-ia aconselhar aqueles que vão para o mar a ignorar ou negar os ventos e as ondas, ou, ao contrário, usá-los em seu favor, encontrando meios de se defender de seus perigos?”*

Em um de seus livros (*On Logic*), Mill faz a distinção entre economia **positiva** e economia **normativa**. A economia **positiva** busca entender e prever o que realmente acontece no mundo. Na economia **normativa** advoga-se o que deveria acontecer tendo em vista os valores do economista. A maior parte dos debates econômicos cobertos pela imprensa trata da economia positiva, embora a maioria dos debatedores tente fazer parecer que se trata de um debate da economia normativa: “eu quero o bem e o meu opositor quer o mal.” Outro erro comum, é trivializar questões macroeconômicas intrincadas.

Tomemos um exemplo. Quase todos os pré-candidatos a presidente têm manifestado sua concordância com dois objetivos macroeconômicos: a diminuição da vulnerabilidade externa e a obtenção do rápido crescimento econômico nos próximos anos.

¹ Ph.D. em economia por Stanford, diretor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/Mgarcia/index.html>).

A diminuição da vulnerabilidade externa seria obtida via a drástica redução ou mesmo via a eliminação dos déficits em conta-corrente do balanço de pagamentos. Tal movimento, por sua vez, adviria de um aumento significativo de nossas exportações (muitos também agregam a suas recomendações alguma ênfase em substituição de importações), gerando mega-superávits comerciais.

O que nenhum candidato está dizendo claramente (se é que estão cientes deste singelo ensinamento da economia positiva) é que a diminuição do déficit em conta-corrente tende a diminuir o crescimento econômico, e não a aumentá-lo. Tal fato decorre de o crescimento econômico ser oriundo principalmente de maiores investimentos. Pense, por exemplo, na construção de novas fábricas. Para se construir tais fábricas há que se usar cimento, tijolos, aço, etc. Estes insumos podem ser produzidos internamente ou ser importados. Dado o produto interno (PIB), para se aumentar o investimento, é necessário ou reduzir o consumo (aumentando a poupança doméstica) ou aumentar a poupança externa, que é contabilmente igual ao déficit em conta-corrente.

Ou seja, o objetivo de crescer mais rápido, com o qual todos concordam, conflita com o objetivo de reduzir o déficit em conta-corrente. Sempre haverá algum economista argumentando que o conflito acima descrito advém de uma visão “estática” da economia; que na visão “dinâmica” correta, o PIB cresceria o suficiente para que fosse gerada a poupança doméstica necessária para financiar o investimento requerido para suportar o crescimento sustentado simultaneamente à eliminação do déficit em conta-corrente. Poderia invocar o exemplo da China, a qual tem conseguido crescer a taxas muito elevadas apresentando simultaneamente superávits em conta-corrente. Em economia, contudo, há poucos resultados que valham sempre e em toda parte. Para mim, tal análise, quando aplicada à economia brasileira de hoje, corresponde à revogação da lei da gravidade, dado que nosso principal problema é a reduzida taxa de poupança doméstica, como analisei neste espaço há um mês.

Em suma, é possível crescer a taxas elevadas com déficits em conta-corrente menores do que os verificados hoje, mas é muito mais difícil obter o crescimento elevado quando se objetiva simultaneamente reduzir o déficit em conta-corrente. Isto precisa ser reconhecido pelos pré-candidatos quando formulam suas receitas macroeconômicas. Identificar os movimentos corretos dos ventos e das ondas é indispensável para se levar o navio a bom porto, ainda que não tão rapidamente quanto se gostaria.